

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# M MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO XIII - Nº 261 - DE 02 A 16 DE JUNHO DE 2003 - R\$ 1,50

**Congressos da CUT e da UNE não podem ser “chapa branca”**

**O governo do PT/Lula aplica o neoliberalismo.  
As organizações de massa não podem apoiá-lo,  
nem participar do Pacto Social!  
A independência verdadeira é a luta  
pelas reivindicações das massas!  
Abaixo a reforma neoliberal da Previdência!**

**O MST respondeu à violência do latifundiário com a quebra da fazenda.  
O governo do PT/Lula condenou a violência dos sem-terra e se calou  
sobre a violência do latifundiário. A traição de Lula é expressão de  
seus compromissos com os capitalistas. Os movimentos têm de apoiar o  
MST. Todo apoio às ocupações e à organização da autodefesa no campo!**

**Lançada a revista Socialismo Científico nº 8  
com a crítica programática do POR ao PT**

**A intervenção do Delops sobre o sindicato dos condutores/SP**

**A política revolucionária nos sindicatos**

# Quinzena de Luta do Movimento Operário

## Desemprego Recorde

Em estudo conjunto do DIEESE com a Fundação Seade, divulgado em 28 de maio, um em cada cinco trabalhadores da região metropolitana de São Paulo estava sem ocupação fixa no mês de abril. A taxa de desemprego foi de 20,6%, ou seja, um milhão noventa e quatro e um mil trabalhadores estavam procurando uma nova ocupação. Neste cálculo, não estão computados os que desistiram de procurar empregos. É o maior desde 1985, quando o estudo começou a ser feito.

Também anunciaram que, no período, foram criadas 19 mil vagas, a maioria sem carteira assinada e com trabalho autônomo, uma geração de emprego ridícula frente a necessidade.

O motivo é a recessão que a política econômica do FMI impõe aos países de economia capitalista atrasada, como o Brasil, que foi implementada por FHC e que o governo petista de Lula mantém a todo custo.

## Salários Reais em Queda Livre

Juntamente com a informação do desemprego, o estudo Dieese/Seade mostrou que os salários estão em queda. Se, em março de 2002, o salário médio pago era de R\$ 948,00, em março de 2003 foi de R\$ 857,00. Diferença de 9,5%.

## Operários da Volks Taubaté Dizem Não!

Os metalúrgicos da Volks de Taubaté, que trabalham na produção de

peças pré-montadas (CKDs), que seriam exportados para a China, boicotaram na sexta, dia 30/05, pela terceira vez, a convocação da fábrica para trabalhar nas sextas-feiras. Essa convocação vai contra o próprio acordo imposto pela montadora da jornada semanal de 4 dias e redução salarial de 15%.

Essa é uma luta que deve ser incorporada pelos trabalhadores e unificada, afinal os patrões buscam de todos os modos reduzir nosso salário e temos que lutar de forma unitária para impedir que isso aconteça.

## Volks ABC engana Trabalhadores com PLR

A empresa fechou o acordo com os sindicatos e alardeiam que a bolada será de R\$ 3.212,00. Só que, destes, R\$ 1.900,00 serão utilizados para recomposição dos salários mensalmente. Isto ocorre devido ao acordo que a burocracia sindical assinou com a empresa, de redução de 15% do salário com semana de 4 dias. Sendo assim, a maioria dos operários da Volks ABC receberão R\$ 800,00 no dia 13 de junho e a 2ª em dezembro de R\$ 511,00 (R\$ 1.311,00 e não R\$ 3.212,00, como eles afirmam).

O importante é mostrar que nestas negociações a comissão de fábrica não apresentou nenhuma proposta de PLR e simplesmente abaixou a cabeça para a proposta patronal. Essa comissão plega deve ser substituída por outra que tenha mandato imperativo das bases, ou seja, tem de cumprir a vontade das bases e não barganhar migalhas com os patrões.

## Patrões Calçadistas ameaçam com mais Demissões

A patronal calçadista do país, setor com cerca de um milhão de operários, ameaçou aumentar as demissões no setor, caso não se mude a política econômica.

Apesar de que cerca de 30% da produção é exportada, os patrões alegam que agora, com o câmbio a R\$ 3,00 por dólar, fica difícil formar preços competitivos (segundo eles o ideal era dólar a R\$3,40). Em abril as exportações recuaram 12%, além a valorização do real existe uma estagnação econômica nos países importadores.

Esse é mais um fruto da política econômica de Lula que é a de desacelerar a economia e incentivar a exportação. Mas como crescer a exportação se a crise capitalista é mundial? Está aí uma pergunta que PT/Lula não conseguem responder.

## Organizar a Luta

Essa é a saída para os trabalhadores, não basta esperarmos que o governo cumpra suas promessas. É necessário iniciarmos uma campanha unificada por salário, emprego e previdência. O Plano do FMI é sucatear ainda mais as economias atrasadas. Isso significa para nós: pouquíssimos empregos, salários de fome, e termos de trabalhar até o fim dos nossos dias sem poder nos aposentar. E se não quisermos perder o pouco que temos, há que arregaçar as mangas e começar a nos organizar, passando por cima das direções comprometidas com o governo e com a submissão à ingerência imperialista.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

## Prosegue a crise no PT

Tinham parlamentares petistas lançado um manifesto pela mudança da política econômica do governo PT/Lula. Reivindicam fim das medidas recessivas e reanimamento da economia.

O principal mentor do texto, Ivan Valente, dirigente da corrente Força Socialista, resume assim o conteúdo: "Precisamos derrubar os juros, reduzir o superávit, aplicar no crescimento do setor produtivo, liberar gastos para a área social e não ter política só para os mais pobres. E mais do que nunca utilizar o crédito oficial, que é do BNDES, Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, para estimular investimento de médio e longo prazo". (Estadão, 31/5)

Está claro que se trata de uma manifestação voltada a amenizar a drástica política pró-imperialista de proteção ao capital financeiro e de garantia aos credores internacionais. Não propõe nenhuma medida que fira os interesses do grande capital e dirija o Estado para reformas estruturais.

A esquerda petista faz barulho com o manifesto, mas se mostra dependente da burguesia. Ao ser responsável pela constituição do governo, dele participar e assumir sua defesa, coloca-se no âmbito do Estado capitalista, organismo supremo de exercício da ditadura de classe da minoria capitalista contra a maioria explorada.

### Os radicais aconselhados a não assinarem

O Manifesto dos 30 não conta com a adesão dos parlamentares Heloísa Helena, Luciana Genro e João Batista Araujo, que se destacaram por criticar a reforma da Previdência e por negar o voto ao presidente do Banco Central. Estão sob processo interno, que pode culminar em expulsão.

Não estão de acordo com o Manifesto dos 30? Tudo indica que não é esta a razão da não assinatura dos "radicais". Foram aconselhados a esperar, para não serem considerados os encabeçadores do movimento parlamentar pelo desenvolvimentismo.

Eis a explicação de Ivan Valente: "O manifesto serviu para aglutinar setores

do partido que estão entre a lógica oficialista - de que tudo que vem do Planalto é bom e tem de passar - e os chamados radicais. Existia um espaço político a ser preenchido. Eles não assinaram no primeiro momento, mas podem vir a assiná-lo. Queríamos dar foco para o conteúdo. Se eles assinassem, poderiam vir a ser o centro do debate."

O representante da Força Socialista não quer ser confundido com os radicais. Há um espaço de centro para as críticas à política econômica do governo. O objetivo é fazer pressão de baixo para cima, contrapondo-se às pressões de cima para baixo do capital financeiro, para assim ajudar o governo PT/Lula a redirecionar a economia - esse é o raciocínio de Ivan Valente. Conclui: "Não é uma luta para hostilizar o governo. É para ajudar na mudança social para a qual fomos eleitos".

A esquerda descontente não quer se responsabilizar pelas medidas catastróficas do governo e também não pretende combatê-lo nos seus fundamentos capitalistas.

A coincidência com as críticas de setores do capital nacional à taxa de juro fixada pelo Banco Central, à carga tributária incidente sobre parte da indústria, ao projeto de reforma fiscal etc e com a Igreja insatisfeita com as medidas assistencialistas que não andam (Fome Zero, Meu Primeiro Emprego) indica que o Manifesto desenvolvimentista expressa não um movimento de baixo para cima. Vem igualmente de cima, mas de outros setores da burguesia e instituições e ela ligadas. Está aí uma poderosa razão para bloquearem, no primeiro momento, a assinatura dos radicais no Manifesto.

Os 30 esperam adesão de parte da burguesia, da burocracia sindical preocupada com a possibilidade de explosões sociais e da Igreja. É a esse jogo de força social burguesa que a esquerda chama de governo em disputa. Pretende fazer a balança pender para o nacional-reformismo, quando o governo Lula a fez pender para o capital imperialista, carregando todo peso no prato do capital financeiro.

Os parlamentares do reformismo pe-

queno-burgues estão fadados ao fracasso.

### O centralismo governista

O Manifesto recolocou o problema da punição aos opositores petistas da política do governo PT/Lula. O presidente do partido, José Genoíno, foi enfático: "É um direito da minoria manifestar uma angústia natural, mas todos votarão com o partido". Se não votarem, serão expulsos.

Essa é a pena que pesa sobre os ombros dos três "radicais". Eram quatro, um deles capitulou (Lindberg) diante da primeira ameaça.

Apesar de 30 parlamentares constituírem um terço da bancada do PT, portanto uma força considerável, a possibilidade de votarem contra o governo é remota. Acatam o centralismo governamental.

Aqueles que tanto combateram o centralismo democrático, regime leninista de funcionamento do partido marxista, considerado fonte de todos os males do autoritarismo, agora recorrem ao direito de divergência, mas desde que vote com o governo. Divergência sim, mas unidade na ação do partido, exigem Genoíno, Mercadante, J. Dirceu, Lula etc.

Não importa que o governo PT/Lula esteja fazendo o contrário do prometido à população: distribuição de renda, criação de milhões de empregos ativando a economia, fim da miséria, reforma agrária etc. O que vale é o compromisso selado com o capital imperialista, sob o auspício do FMI. O direito da minoria divergir, mas ter de votar as reformas antinacionais e antipopulares, determinadas pelo PT/Lula e seus aliados, corresponde ao centralismo governamental, burocrático e ditatorial.

### A conduta do PCdoB estalinista

O PCdoB ocupa o ministério dos esportes e tem a liderança do governo na Câmara de Deputados. Frente aos descontentamentos, Aldo Rebelo declarou sua confiança na maioria governamental para fazer as reformas. "O governo tem

maioria confortável”.

Quando foi lançado o movimento pela criação do PT, seu falecido líder, João Amazonas, anunciou os perigos da social-democracia e os atribuía aos trotskistas. Mas logo viu no PT um instrumento para sua política de frente popular, ou seja, de aliança com setores da burguesia nacional, considerados

progressistas. Meteu-se na cola do PT para galgar postos no parlamento e finalmente compôs o governo Lula - um governo de aliança com os tais progressistas da burguesia.

Ao primeiro sinal de descontentamento com as reformas, o PCdoB foi advertido que poderia perder seus cargos. Os estalinistas recolheram-se como o ca-

ramujo cutucado. Cumprem sua função de burocratas em um governo montado na política ditada pelo imperialismo. Aguardam que a fração burguesa prejudicada se lance a críticas mais consistentes contra o governo para então sim dar vazão a algum tipo de oposicionismo. Por enquanto é-lhe conveniente manter os postos estatais.

## A política recessiva do PT se concretiza na redução da produção

Os números da economia brasileira mostram dois lados aparentemente contraditórios. De um lado, os índices dos economistas e do capital financeiro mostram o dólar em queda, a valorização dos títulos públicos, a queda da inflação, o aumento do investimento do capital estrangeiro. De outro, as tendências recessivas se manifestam: retrocesso na produção, crescimento do desemprego, redução do salário médio.

O retrato da economia brasileira mostra as conseqüências da influência da economia mundial sobre o país e da aplicação da política recessiva do governo do PT/Lula.

A queda do dólar está associada à redução das taxas de juros nos países europeus e nos Estados Unidos. Motivados pela recessão, os governos desses países têm reduzido os juros para estimular a economia, o que até agora não surtiu mais efeitos que um abrandamento da recessão. Os investidores buscam então lugares onde se paguem juros maiores, no caso, o Brasil. O maior fluxo de dólares se deve a essa relação altamente vantajosa da política do governo de manter os juros nas alturas.

Os cortes de grandes fatias dos orçamentos dos ministérios, aliados à alta dos juros, preservação do salário mínimo de fome, cortes de gastos e elevação de impostos constituem uma política de conteúdo altamente recessivo. A redução do investimento público numa economia atrasada como a do Brasil implica num freio à produção. O aumento do desemprego é a

conseqüência mais sentida pelas massas.

A aplicação dessa política recessiva está de acordo com os compromissos firmados pelo governo do PT/Lula com o capital financeiro internacional. As medidas tomadas são uma espécie de garantia aos credores das dívidas externa e interna. Falta ainda concretizar a continuidade das reformas neoliberais, em primeiro lugar a da Previdência.

A aplicação dessa linha pelo governo atende aos interesses imediatos dos credores, mas vai estrangulando a economia e inviabilizando a possibilidade de mantê-los no futuro. Os ataques à produção e às condições de vida das massas em benefício do parasitismo financeiro levarão o país a uma situação de insolvência, e de quebra econômica social. O termômetro da recessão já indica que esse caminho começou a ser percorrido.

### As reformas, o PT e as organizações de massa

A continuidade das reformas neoliberais é conseqüência necessária da ascensão do PT ao governo. Diante da desintegração do capitalismo, que se manifesta sobre a economia nacional atrasada, a alternativa à revolução proletária é a opção do reacionarismo burguês. Não há espaço para uma política reformista.

A continuidade das reformas neoliberais depende de uma ampla unidade burguesa ao seu redor e do

submetimento das organizações de massa a elas. O que implica na aliança do PT com os partidos burgueses e de uma coesão dessa aliança pela aprovação e implantação da política ditada pelo imperialismo.

A divisão no interior do PT, com algumas correntes minoritárias reivindicando “uma outra reforma da previdência”, ainda que não se constitua numa oposição total à ela, é um obstáculo à unidade ao redor da votação e favorece a divisão no interior dos outros partidos burgueses. Daí a pressão sobre o PT para discipliná-las, com a expulsão de alguns. A unidade do PT ao redor da reforma criminosa da previdência ajudará os partidos burgueses a manterem sua coesão.

Essas pressões sobre o PT se propagam para o interior das organizações de massa, dirigidas na maioria pelos petistas. Aquelas sob direção da corrente majoritária atuam opostamente aos interesses das massas e colaboram com a aplicação das reformas. Aquelas dirigidas pela esquerda petista mostram-se incapazes de oferecer uma resistência efetiva às reformas, seguindo a linha de negociar mudanças nelas.

É tarefa dos revolucionários travar um combate às reformas neoliberais e à política recessiva do governo do PT/Lula impulsionando as lutas pelas reivindicações (destacamos a defesa do salário e emprego) e criticando e combatendo as direções que se comprometem com as reformas neoliberais e continuístas do governo do PT/Lula.

# A CUT não ataca a essência da reforma da Previdência de FHC/Lula

A Executiva Nacional da CUT aprovou no dia 21 de maio um conjunto de emendas à reforma da Previdência. As emendas servirão para as negociações entre o PT e o sindicalismo que o elegeu. É também um recurso para acobertar o colaboracionismo

da Central ao novo governo, pois aparentemente comparece defendendo posições opostas e, portanto, com a máscara da independência em relação ao PT/Lula. Não servirão sequer para organizar o movimento operário e os servidores públicos

para derrotar a Reforma governamental. Cumprem a função unicamente de protestos, atos e caravanas à Brasília. Isso ocorre porque as emendas da CUT não alteram a essência da reforma FHC/Lula.

Observemos:

CUT	PT/Lula	FHC
Defende a Previdência Complementar. Propõe a criação da Previdência Complementar para os servidores que ingressarem no serviço público após a aprovação da Reforma. A novidade está em que sejam criadas "entidades fechadas sem fins lucrativos". Na verdade, é uma fórmula para arrancar dinheiro dos servidores e quando estes se aposentarem só receberão a complementaridade de acordo com o montante contribuído e sujeito às variações do mercado financeiro.	Propõe a Previdência complementar como forma de desobrigar o Estado para com a totalidade das aposentadorias. Trata-se de uma fórmula gradual de privatização da Previdência pública. Atende aos interesses do capital financeiro.	Na Reforma de 98 já instituiu a Previdência complementar. O PL-9 tinha o objetivo de criação dos fundos privados para os servidores público.
Idade mínima para a aposentadoria. A CUT defende a Reforma de FHC: "propõe a manutenção das regras em vigor, para os servidores que ingressarem no serviço público após 16/12/98 e do critério de transição vigente para aqueles que já eram servidores, 48 e 53 anos. Na época de FHC fez parte da chamada oposição parlamentar a esse ataque, considerando quebra de conquistas. Agora se apóia em FHC para divergir com Lula.	Impõe aos servidores públicos a idade mínima de 55 e 60 anos. Os servidores que quiserem se aposentar com 48 ou 53 anos deverão pagar um redutor de 5% a cada ano que deixar de cumprir a legislação. Portanto, exige mais 7 anos de trabalho para o funcionalismo.	Eliminou o tempo de serviço e criou a fórmula combinando tempo de contribuição com o tempo de serviço. Todos os trabalhadores perdem porque terão de trabalhar mais anos. Para os servidores, a fórmula é a mesma exposta acima e defendida agora pela CUT.
Defende a "aposentadoria especial" para os professores do ensino fundamental e médio, sendo 25 anos para as mulheres e 30 para os homens. Porém, combinada com a idade mínima. Trata-se da defesa da Reforma de FHC. Concorde com a eliminação da aposentadoria especial que existia a todos os trabalhadores em educação.	Segue a linha de FHC de manter a "aposentadoria especial aos professores de educação básica", porém com o redutor de 10%. A idade prevista para se aposentar é de 50 e 55 anos. Quem se aposentar aos 48 ou 53 sofrerá o redutor de 5% a cada ano para alcançar os 50/55.	Foi FHC quem propôs a farsa da aposentadoria especial para os professores de ensino fundamental e médio. Na verdade, todos os professores perderam, uns mais ou menos, e terão de trabalhar mais tempo.
O teto para as aposentadorias previsto pela CUT é de 20 salários mínimos. Portanto, se opõe as aposentadorias integrais. Usa do saque e da sonegação feita pelo governo e empresários à Previdência para impor limites no valor das aposentadorias dos servidores. O que a CUT omite é a defesa do salário mínimo de R\$240,00. Ao invés de teto, a CUT deveria propor o fim desse miserável salário que deixa na penúria uma grande parte dos aposentados.	O teto para as aposentadorias é o mesmo de FHC, ou seja, 10 salários mínimos. Preserva os altos salários dos parasitas do Estado, militares, juízes, parlamentares e cargos executivos.	Inicialmente defendia o teto de mínimos conforme diretriz do FMI. Depois acabou aceitando os 10 mínimos para evitar mais desgastes com a frente de partidos que sustentavam seu governo.
A CUT propõe a isenção da cobrança dos inativos.	Um dos pilares centrais da Reforma é cobrança dos aposentados. É a fórmula para desonerar em parte o Estado com o sustento dos aposentados. Até o presente momento, mantém irreduzível nessa questão	Tentou taxar os inativos, mas deixou para a próxima etapa da Reforma, que viria com o novo governo

Como se vê, a CUT, PT/Lula e FHC possuem divergências apenas pontuais. Na essência, todos estão pela quebra de conquistas dos trabalhadores. A Reforma da Previdência visa a aumentar o tempo de serviço, as arrecadações e livrar o Estado de boa parte das aposentadorias. Os sonegadores e saqueadores da Previdência continuarão desfrutando as benesses do Estado. São os capitalistas e seu governos que se apropriam da riqueza produzida, impõem a mais brutal exploração aos assalariados e deixam à mingua os milhões de aposentados.

# O impacto da reforma da previdência no funcionalismo público municipal e estadual

Com o anúncio da proposta de reforma da previdência do governo PT/Lula de aumento da idade mínima, instituição de um teto para a aposentadoria e a taxa dos aposentados, estas medidas têm causado uma corrida pela aposentadoria no Estado potiguar.

De acordo com o Jornal *O Poti* (11/maio/2003), nos primeiros 4 meses deste ano, 260 funcionários estaduais pediram aposentadoria. Em março foram 27 pedidos de aposentadoria, em abril pulou para 73 pedidos. O estado tem 14,1 mil funcionários aposentados. Com a taxa dos aposentados, dos 373 mil vinculados ao INSS no Estado, 11 mil voltariam a contribuir. Destes aposentados do INSS, 84,56% ganham até 1 salário mínimo.

Em relação ao IPÊ, sistema previdenciário estadual, de acordo com o Secretário Nereu Batista Linhares – parente do professor da UERN Paulo Linhares, presidente do PSB em Mossoró – a taxa dos aposentados atingiria aproximadamente 15% dos contribuintes. A folha de pagamento dos funcionários do estado é de 15 milhões.

No município seriam aproximadamente 12,5% dos aposentados os que voltariam a contribuir com o sistema

previdenciário. O município tem 11 mil funcionários ao todo e 1793 aposentados, numa folha de pagamento de 2,4 milhões.

Na UFRN (Universidade Federal no Estado), de acordo com a ANDIFES, 5954 irão se aposentar, representando 13% do total de funcionários. Na UFRN vão ser 287 aposentados, 208 professores – 40% da folha de pagamento paga os aposentados, a folha de pagamento é de 17 milhões.

## A posição do reformismo e estalinismo

A Deputada Federal mais votada no Estado, Fátima Bezerra (PT), colocou-se contra a taxa dos aposentados. Porém, a deputada apoiou tanto Lula quanto Wilma (PSB), governantes comprometidos com a reforma da previdência imposta pelo FMI.

Os membros do PT que dizem não saber qual é a proposta do governo federal de reforma da previdência, argumentando que ela ainda está em discussão, e os que se colocam contra alguns dos seus pontos, tentam na verdade continuar iludindo os trabalhadores sobre a possibilidade de reformas no Estado burguês. No programa televisivo, a Carta aos Bra-

sileiros e no programa de governo do PT estava claro seus compromissos com o FMI e o capital estrangeiro. Aqueles que votaram no PT dizendo que uma vez no governo a história seria outra, enganaram a si mesmo e aos trabalhadores. O programa de governo do PT não era apenas para ganhar eleições mas para ser implementada na prática.

## A posição do POR

O POR é contra a taxa dos aposentados. Esta situação de corrida pelas aposentadorias irá piorar os serviços públicos com a falta de pessoal. Os governos pró-FMI irão combinar isto com a diminuição dos funcionários públicos não realizando concurso para repor o pessoal aposentado. Portanto, a proposta do governo federal servirá aos propósitos do FMI duas vezes: diminuindo a quantidade de funcionários públicos e destruindo a previdência pública.

Para se contrapor a reforma da previdência pró-imperialista é necessário a organização da luta de massas unida nacionalmente. Que a CUT, a UNE etc organizem e convoquem os trabalhadores para a luta de ação direta.

## Quem pode combater o desemprego?

O governo PT/Lula convocou os maiores capitalistas brasileiros para discutir o Plano Plurianual (PPA). As opiniões distintas de banqueiros e industriais se deram em torno das altas taxas de juros. O objetivo do ministro do Planejamento é o de colocar para o poder econômico a sustentação das diretrizes do PPA. Pelo visto, não era preciso tal demonstração nacional, uma vez que o planejamento mantém a linha das reformas neoliberais e de condicionamentos do FMI, voltados ao pagamento da dívida externa.

O fundamental, para os trabalhadores, é a indicação de que o PPA não reverterá a brutal taxa de desemprego, que continuará crescendo, e a queda dos salários. Trata-se das condições de existência da maioria, que enfrenta a miséria e a fome.

A promessa do governo reformista

de que se dedicaria a abrir 10 milhões de postos de trabalho, garantir três refeições ao dia a todo o brasileiro e a reforma agrária se desfez assim que pôs os pés no santuário do grande capital. O fato é que os problemas que consomem o dia-a-dia dos assalariados não serão resolvidos pelo PPA, mas agravados.

A taxa de desemprego saltou de 17,7% para 20,4% da população economicamente ativa (PEA), na região metropolitana de São Paulo. Significa que no ano de 2001 havia 1,619 milhão de desempregados, em 2002 já eram 1,904 milhão. A tendência de aumento do desemprego permanece na presente situação. Segundo o IBGE, que subestima os cálculos, a taxa brasileira de desemprego foi de 12,1% para 12,4% entre março e abril deste ano.

O desemprego golpeia profunda-

mente a juventude, que compõe cerca de 30% do PEA. Pesquisas mostram que nos últimos dez anos, o desemprego entre os jovens cresceu 208%. No período de 1989-97, os capitalistas destruíram 2,5 milhões de postos de trabalho, sendo que 62% corresponderam ao trabalho de menores de 25 anos de idade. Estima-se que 2,6 milhões de jovens não conseguem nenhuma colocação.

Os trabalhadores de todas as idades não poderão contar com uma recuperação dos postos de trabalho destruídos, como foi prometido pelo governo PT/Lula.

O caminho é o de organizar o movimento unitário de empregados e desempregados, com suas próprias reivindicações e suas formas de luta coletiva. Terão de se confrontar com a crise do sistema capitalista e com a política econômica do governo.

## A intervenção da Delops sobre o sindicato de condutores de São Paulo

A prisão dos principais dirigentes do sindicato dos Condutores de São Paulo, encabeçados pelo presidente Edivaldo Santiago, trouxe a público as relações de corrupção e bandidagem existentes ali. Mas a prisão não foi motivada por esses motivos: foi a Delegacia de Ordem Social e Política (Delops), da Polícia Federal, quem realizou a prisão, sob as acusações de incitamento violento à greve, formação de quadrilha e desacato à ordem judicial, motivada pela oposição do sindicato aos planos de reformulação do sistema de transporte público aplicados pela prefeitura petista em São Paulo.

### Um sindicato a serviço dos patrões

A prisão do presidente do sindicato ilustrou a relação com a patronal: quando ele foi preso, estava acompanhado de dois seguranças armados, funcionários da Viação Campo Belo. Ou seja, até a segurança pessoal do presidente do sindicato era sustentada pelo patrão. Esse momento é parte de toda uma relação que foi em parte evidenciada: o sindicato agia de acordo e em benefício da classe patronal, a partir de relações de corrupção e banditismo. A diretoria recebia dinheiro dos patrões, direta e indiretamente, sob as formas de ajudas de custo, propinas, comissões para contratação de planos de saúde. Diretores que ganhavam salários de 2 mil reais mantinham um nível de vida compatível com o de empresários, enquanto a classe é superexplorada. As greves de motoristas passaram a defender não mais os interesses da classe, mas os dos patrões: as reivindicações centrais atendiam aos anseios patronais de reajustes de passagens, redução de gastos, ampliação de subsídios e favorecimentos, estrangulamento dos perueiros etc.

Essas relações eram e são mantidas com o terror do gangsterismo sindical. Os motoristas e cobradores que se opõem de qualquer forma são perseguidos, demitidos e até assassinados. Há denúncias de que diretores do sindicato agiam nas garagens como sócios dos patrões, contratando, comandando as escalas e até demitindo.

No entanto, a prisão dos dirigentes não aconteceu por causa de seu banditismo sindical.

### Prisões políticas e intervenção no sindicato

O poder judiciário entrevistou no sindicato, prendendo seus diretores, motivado pela pressão da prefeitura petista, que viu nas greves um obstáculo para a implantação de seu novo plano de transporte público. Ou seja, as relações gangsteris que o sindicato mantinha são admissíveis para o Estado e os capitalistas; o que não é admissível é a oposição aos seus planos.

Os sindicalistas foram presos, mas não por serem corruptos ou assassinos, mas por fazerem greves e desacatarem a ordem judicial. A reativação pelo governo do PT/Lula da Delops contra os sindicatos sobre essas bases abre um grave precedente para os movimentos sociais, que ficam à mercê de futuras prováveis intervenções quando se rebelarem contra as imposições do Estado ou dos capitalistas.

A defesa da independência e autonomia dos sindicatos obriga a exigir o fim da intervenção sobre o sindicato dos condutores, que os trabalhadores possam por si mesmos varrer com os burocratas corruptos e retomar para si seu sindicato.

### Os sindicatos influenciados pelo banditismo burguês

A área de transportes públicos, assim como outras como a coleta de lixo, são setores da economia vinculados ao Estado, mantêm uma relação parasitária com ele. Esse vínculo, que não depende das leis de mercado, levam ao desenvolvimento de relações corruptas e de bandidagem entre Estado e capitalistas do setor. Volta e meia se revelam por denúncias as práticas de corrupção entre esses setores e o poder público.

Os sindicatos, em geral, na época do imperialismo, ou são voltados à luta revolucionária ou são burocratizados e cumprem um papel de freio, reacionário, na situação. Aqueles sindicatos ligados a esses setores da economia sofrem uma pressão

ainda maior nesse sentido. As apodrecidas relações entre a patronal e o Estado se projetam sobre os sindicatos e, se ali penetram, reproduzem relações de corrupção e bandidagem. É o que vemos acontecer no sindicato de condutores de São Paulo.

### A democracia burguesa e a maior estatização dos sindicatos

Enquanto nos tempos da ditadura militar os sindicatos eram administrados por interventores que realizavam a centralização dessas organizações em benefício dos capitalistas, na raquítica democracia burguesa que vivemos essa forma de controle foi substituída por outra mais adequada. A burocratização da cúpula foi se mostrando insuficiente para manter os sindicatos atrelados aos interesses burgueses. Foi necessário estender essa burocratização para mais próximo das bases. Assim, os sindicatos burocratizados estabeleceram raízes dentro das empresas, seja nas comissões de fábrica ou nas de garagem.

Nos condutores, as comissões de garagem passaram a ser um pedaço do sindicato burocratizado e corrompido no interior das empresas. Passaram a ter uma série de atribuições que lhes valiam benefícios e privilégios. E vínculos com a patronal e dependência em relação à cúpula do sindicato. A rede de corrupção e bandidagem se propaga desde as garagens até o presidente do sindicato.

### Somente os próprios condutores podem mudar isso

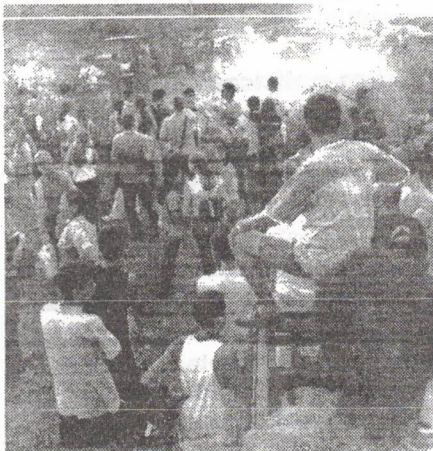
A democracia operária está ligada à luta. Somente uma grande mobilização dos condutores, apoiada num movimento mais amplo e unitário dos trabalhadores, pode por fim ao domínio da burocracia e dos patrões sobre o sindicato. A constituição de uma nova direção só pode se dar se estiver baseada num programa proletário, que inclui a defesa da estatização de toda a rede de transportes sem indenização, o estabelecimento de um sistema único de transporte público e a sua colocação sob controle dos trabalhadores, acabando também com a divisão entre condutores e perueiros.

**Rondônia:**

## **Estudantes estão obrigados a usar o método de luta da classe operária**

Os estudantes da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) bloquearam no dia 7 de maio a BR-364 em Porto Velho, Guajará Mirim, Cacoal e Ji-Paraná. Atearam fogo em pneus e galhos de árvores para efetuar o bloqueio e paralisar a rodovia. As reivindicações centrais são a contratação de mais professores, abertura de novos cursos (enfermagem) e melhorias nos transportes coletivos que vão até o campus (preço das passagens e mais coletivos). A polícia militar tentou impedir o bloqueio, lançando mão da repressão ao movimento.

O governo Ivo Cassol (PSDB) e em nível federal (Lula) seguem a política de desmonte a universidade pública. A diretriz da reforma educacional é a da privatização do ensino superior. Os cortes de recursos à universidades - que incluem a não contratação de professores, não



abertura de novos cursos e dificuldade de acesso ao campus - fazem parte da orientação do FMI/Banco Mundial de desobrigar o Estado para com o 3º grau.

Para os estudantes, não há outra via de defender o ensino público e gratuito

senão por meio dos métodos da classe operária. As ocupações, greves, bloqueios e manifestações massivas constituem os métodos genuínos da ação direta, da luta de classe.

A defesa do ensino público implica enfrentar de conjunto a reforma privatista da educação. A unidade dos estudantes universitários com os demais níveis de ensino é fundamental para ganhar força o movimento de resistência contra o desmonte das escolas públicas. Também é essencial a aliança dos estudantes com os explorados em geral, que sofrem os ataques de destruição dos serviços sociais. Em particular, a unidade com a classe operária por ser a classe revolucionária, pelo lugar que ocupava nas relações de produção. Expressa o choque frontal entre a produção social e a apropriação privada dos meios de produção.

**Ceará Mirim**

## **Eleição do SINTE-RN: Derrotar a burocracia**

O Partido Operário Revolucionário, nas eleições do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande do Norte, defendeu a unidade das forças de oposição. A burocracia, que dirige o sindicato, não acata os princípios elementares da democracia sindical, passa por cima das decisões coletivas das assembleias, convoca assembleias nas caladas da noite (15-4-03) quando os professores já haviam aprovado que a próxima assembleia seria no dia 30 e exerce a política de colaboração de classe, bloqueando a luta por melhores condições de ensino, por reajustes salariais, pelo fim das reformas neoliberais e pela defesa da escola pública e gratuita em todos os níveis. Nessas eleições, derrotar a burocracia sindical é essencial para avançar a luta e arrancar as reivindicações.

No entanto, o PSTU, que dizia ser pela unidade, abandonou a defesa da unidade das forças de oposição sem qualquer justificativa política. O PSTU pronunciou-se pela negativa ao chamado das correntes de oposição revolucio-

nária a uma plenária de unificação. Na verdade, o PSTU rompeu a unidade com as correntes revolucionárias e se aliou com os descontentes do PT.

Na reunião da oposição revolucionária participaram o POR e a Fração Trotskista e decidiu por manter a chapa sob a base dos seguintes pontos programáticos:

1) Nenhuma participação no pacto social: defesa da independência de classe dos trabalhadores frente ao Estado e governos capitalistas;

2) Salário mínimo real de R\$2400,00, para 20 horas de trabalho;

3) Salas de aula com no máximo 25 alunos;

4) Educação gratuita, pública, única, laica e vinculada à produção social;

5) Estatização de todo sistema de ensino privado;

6) eleição proporcional nas eleições para as direções dos sindicatos;

7) eleição direta para diretor de escola. Pelos Conselhos de Escolas como instâncias máximas de direção com

participação dos pais, alunos, funcionários e professores;

8) Contra as reformas da Previdência, tributária, Trabalhista, ditadas pelo FMI: Greve Geral nacional dos trabalhadores por tempo indeterminado;

9) defesa da democracia operária no SINTE;

10) Por um SINTE baseado no método da ação direta;

11) Revogabilidade de mandato dos diretores do sindicato. Soberania das assembleias gerais;

12) Solidariedade internacional à luta dos trabalhadores contra a opressão social e política do capitalismo;

13) Autodeterminação dos povos;

14) Unificação dos trabalhadores em educação com os demais trabalhadores na luta contra as reformas dos governos e Estados burgueses/FMI;

15) Abaixo o governo Wilma;

16) Nenhum apoio ou trégua ao governo Lula;

17) Pelo governo operário-camponês (ditadura do proletariado).



MOSSORÓ - RN

## Comitê de luta 13 de novembro não consegue avançar a luta

O Comitê de Luta 13 de Novembro, que funciona na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), reiniciou suas atividades promovendo em abril uma manifestação contra a guerra imperialista da burguesia do EUA contra o Iraque. A manifestação foi um sucesso: bastante participativa, contou com a presença de estudantes e várias organizações políticas partidárias e entidades dos trabalhadores.

O reinício das atividades do Comitê tinha como objetivo retomar a luta pelo transporte coletivo para os estudantes, fim do monopólio da xerox, abaixo a resolução que legitima a perseguição política aos professores opositores à administração e contra as taxas escolares. Para retomar a luta pensava-se em organizar uma assembleia de estudantes para discutir estas reivindicações e agregar outras, em virtude dos problemas que se avolumam nos cursos e a luta estudantil do último período ocorrida sem a organização do Comitê.

Porém, em uma reunião do Comitê que iria organizar a assembleia estudantil no dia 30 de abril para discutir a posição sobre a possível greve dos professores, um grupo de estudantes (parte do PT e ex-militantes da DS-PT) se opuseram a agregar a este ponto de pauta a discussão sobre os problemas dos cursos. O argumento destes estudantes é que era preciso o Comitê discutir primeiro sua proposta de solução dos problemas do curso antes de promover a discussão. A isto se seguiu a afirmação de que o

Comitê era um grupo só, que se organizava sobre o centralismo-democrático e que o POR tentava atrelar o Comitê.

### A CONFUSÃO DESTES ESTUDANTES

O Comitê de Luta não é uma organização partidária mas uma frente de luta. É um instrumento que serve para a organização estudantil para a luta de massa unitária. O que o Comitê organiza e une os diversos pensamentos políticos que existem na UERN são as manifestações de massa, os atos públicos, os corais piquetes, etc. Mas as posições políticas, as propostas de solução dos problemas dos cursos são de responsabilidade das correntes políticas que lhe compõem.

O Comitê pode até aprovar uma posição política, no entanto, deve permitir as correntes divergentes o direito de, no movimento de massas, uma assembleia por exemplo, apresentar sua posição e disputar no voto contra a posição majoritária do Comitê. Isto sem romper a unidade na organização da luta. Todos organizam a assembleia, divulgam e se fazem presentes. Mas na hora das propostas, cada corrente tem o direito de apresentar a sua idéia. É a liberdade de divergir publicamente entre as correntes que pode garantir a unidade delas na organização da luta em conjunto.

Neste sentido, o Comitê não é um grupo só, mas a unidade das correntes políticas de esquerda existentes na UERN. Não pode ba-

sear sua organização no centralismo-democrático, ou seja, a posição da maioria é a posição que a minoria irá defender também. Isto só é possível em um partido onde há a unidade programática. Mas em uma frente de luta, o centralismo-democrático, este sim, faria com que a corrente que for maioria atrele o Comitê as suas idéias. Assim, excluiria a manifestação pública das idéias divergentes da minoria. Isto sim um atrelamento político.

### A POSIÇÃO DA CORRENTE PROLETÁRIA

O que está ocorrendo é a abertura do processo de sucessão ao DCE e estes estudantes querem admitir um centralismo-democrático no Comitê porque pensam ser possível aprovar seu apoio a chapa que estão organizando. Como a Corrente Proletária é contra o Comitê apoiar uma chapa – mas cada estudante membro do Comitê pode organizar a sua chapa e assim sair várias – tornou-se um obstáculo aos objetivos destes estudantes. Para conseguir seus intentos, utilizam-se da calúnia, da confusão, das intrigas mesquinhas e do atraso político.

A Corrente Proletária defende o Comitê como uma organização de frente para a luta unida. Assim, defendemos que no Comitê pode-se até tomar uma posição política, porém deve garantir o direito das correntes divergentes colocarem suas posições publicamente.

## **Assembléia dos professores da ADUERN: a direção mais uma vez protege a luta grevista**

A assembléia dos professores da UERN do dia 08 de maio foi menos participativa do que a anterior, que contou com cerca de 140 professores. Nesta assembléia a categoria não estava mais com a mesma disposição de luta e a direção por isto, pôde mais uma vez protelar a greve.

A direção da Aduern (PT/PCdoB e "independentes") foram recebidos em audiência pelo governo do PSB, Wilma de Farias. A direção caracterizou isto como um grande prestígio da categoria, já que o reitor fazia 4 meses que tentava uma audiência e não conseguiu. A proposta do governo de fazer um grupo de trabalho com 2 membros da administra-

ção, da Secretaria da Educação, da Secretaria de Planejamento e do Sindicato, foi defendida pela direção como uma grande conquista.

### **A posição do POR**

O POR iniciou sua intervenção colocando para a categoria que não esperasse nada da governadora. A Wilma de Farias (PSB) é um governo burguês e, assim, comprometido com o arrocho salarial imposto sobre a justificativa de Lei de Responsabilidade Fiscal. A governadora, desde janeiro, faz declarações na imprensa afirmando não haver dinheiro para aumento do funcionalismo público. Wilma, quando era prefeita da capital, não recebia o sindicato dos professores e

em plena greve dos funcionários da saúde, demitiu alguns grevistas, inclusive o presidente do sindicato. Isto demonstra seu caráter repressor e antitrabalhador.

Assim sendo, o POR defendeu contra a participação neste grupo de trabalho por entender como sendo uma manobra do PSB para enrolar a categoria adiando sua greve. Além do mais, não cabe a categoria apresentar soluções de como o governo poderia atender suas reivindicações mas isto é tarefa de quem administra os negócios da burguesia. Aos trabalhadores cabe lutar por seus direitos. Defendemos ainda, em virtude do caráter repressivo e intransigente da governadora, a união da categoria com o SINTE e a comunidade

### **Municipais SP :**

## **Burocracia sindical outra vez colabora com a prefeitura petista no ataque o funcionalismo**

No último dia 30, a assembléia dos municipais contou com a participação de mais de cinco mil servidores. Os trabalhadores compareceram massivamente à manifestação para rejeitar a esmola dos 3% oferecida no dia anterior pelo governo às entidades sindicais. A assembléia iniciou com um atraso de quase duas horas pois a Secretaria de Gestão chamou novamente as direções e ofereceu mais migalhas, quais sejam:

1) 6% de reajuste para educação, parcelado em duas vezes em junho e agosto para a saúde 5%;

2) antecipação em julho, de 30% do abono, que geralmente é pago integralmente no final do ano;

3) Implantação do novo Plano de Cargos e Salários - PCCS para todos os setores menos para educação e saúde. Tudo indica que haverá a incorporação das gratificações ao piso mas também um achatamento de mais de 40% na carreira dos setores. Porém na saúde e educação, o piso do Quadro de Apoio será mantido em R\$ 418,69 e em 60 dias estará a forma de evolução;

4) As jornadas na educação estão mantidas; etc.

Diante das propostas oferecidas as direções burocratas não esconderam sua disposição de aceitar as migalhas. O PCdoB considerou abertamente a proposta uma vitória. Demorou vários minutos descrevendo e enfeitando as migalhas. As demais direções corporativistas retiraram-se da manifestação alegando que "não tinham condições de avaliar se a proposta era boa ou ruim". Assim o movimento começa a ser rachado e quebrado por esses burocratas e quando se inicia o debate na assembléia ela já estava quase esvaziada.

O PCdoB não colocou o acordo em votação, apenas a proposta de greve ou não greve. Essa manobra facilitou acobertar a sua colaboração com o governo petista, pois só os independentes ligados à Articulação/PT ousaram falar abertamente contra a greve.

O POR defendeu a greve como instrumento necessário para lutar pelo reajuste correspondente às perdas dos governos Marta/Maluf/Pita e contra a Reforma da Previdência. Procurou mostrar que os 6% oferecidos são exatamente os mesmos que serão descontados futuramente para o IPREM, com a eleva-

ção da alíquota na reforma da Previdência. Ou seja, que o reajuste é zero%.

O movimento que desde o início tinha como eixo as bandeiras salarial e Reforma da Previdência, foi sucumbido pelos burocratas apenas ao salarial e com rebaixamento das perdas, à medida que a burocracia deu destaque apenas as do governo Marta, ou seja, 21%. Assim, separando as reivindicações e priorizando migalhas facilitaria conter o choque da classe com os governos petistas, tanto municipal como o federal. Tanto é verdade que até a proposta do PSTU de paralisação nos dias 11,12 e 13 de junho combinada com as caravanas à Brasília, foi prejudicada nesta assembléia.

Mais uma vez a prefeitura petista sai vitoriosa e consegue impor o seu novo plano neoliberal de cargos e salários, PCCS, que acaba com as conquistas sociais da maioria da categoria. E contou com a colaboração de seus aliados eleitorais, agrupados na burocracia sindical.

O combate contra a Previdência ainda está na ordem do dia. Por mais que a burocracia tente conte-lo, o funcionalismo tente a resistir nas ruas contra mais esse crime da burguesia e seus partidos.

## Os estudantes e a política

Em 1903 Lênin escreveu o artigo "Tarefas da juventude revolucionária" na revista russa *Student*. Neste se colocava a seguinte questão: porque os estudantes devem ter um posicionamento definido em política?

O posicionamento político significava a escolha e alinhamento com alguma das correntes políticas que tinham intervenção no movimento estudantil e no movimento em geral.

A tarefa que o dirigente revolucionário colocava em 1903 continua vigente hoje em dia, pois, há muitos estudantes que sequer se questionam se devem assumir um posicionamento político definido. Mais grave do que isso, porém, é que alguns "dirigentes" estudantis formulam a tese oportunista de que os estudantes não deveriam tomar partido, devendo se estimular apenas atividades acadêmicas ou serem transportados como gado aos congressos sem entender o que lá se decide.

Para nós da corrente proletária, a necessidade de diferenciar com clareza os diversos grupos políticos e uma necessidade para que os estudantes se integrem ao mo-

vimento político sabendo do que se trata. Não nos assusta, portanto o fato de delimitar precisamente as diferenças, pois como disse Lênin no artigo comentado:

A rigor, não se poderia verificar outra coisa que não a divisão em grupos entre os nossos estudantes, uma vez que estes constituem a parte mais sensível da intelectualidade, a qual se designa precisamente assim porque reflete e exprime de forma mais consciente, decidida e rigorosa o desenvolvimento dos interesses de classe e dos agrupamentos políticos em toda a sociedade..... Chegamos, pois, à incontestável conclusão de que a divisão dos nossos estudantes em grupos políticos não é casual, mas necessária e inevitável.

E contra os que pregavam o abstencionismo político para evitar a divisão do estudantado:

Do que se trata é que os estudantes desempenham este ou aquele papel político. E, como vedes, pretende-se fechar os olhos, desde o primeiro momento, ao fato de que os estudantes não vivem à margem do res-

to da sociedade e, portanto, refletem necessariamente o modo como ela se encontra dividida em grupos políticos.

Trata-se, sim, da atividade política dos estudantes, atividade essa que pela sua própria natureza, se acha ligada inseparavelmente à luta dos partidos e exige inevitavelmente a escolha de um partido determinado.

Por isso, para os que queremos construir uma Corrente Proletária, ou seja, vinculada ao programa da revolução proletária, continua tendo completa vigência a análise de Lênin que ensinava que a ruptura dos estudantes socialistas com os revolucionários e políticos de outras tendências não significava a quebra das organizações de massa, de representação do conjunto.

... pelo contrário, somente situando-nos no ponto de vista de um programa plenamente definido podemos e devemos trabalhar nos mais amplos círculos estudantis no sentido de alargar aos horizontes acadêmicos e propagar o socialismo científico, ou seja, o marxismo...

## O Partido e Sua Organização

Proseguimos com a série de textos de formação escritos por Guilherme Lora, iniciadas no jornal "Massas" n° 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retratam o período da Ditadura Banzer (1971) e o processo de abertura a seguir (1977).

"Questões de Organização" foi escrito em 1974, justamente para que a militância nova do partido pudesse ter uma base sobre as questões organizativas bolcheviques.

### Organizações Paralelas Trabalho Legal e Clandestino

No trabalho organizativo, não se deve ignorar a realidade política do país, uma das características consiste na impossibilidade material de um pleno desenvolvimento da democracia burguesa. Nem sequer nos períodos eleitorais (60 ou 90 dias de liberdades democráticas) se dá o caso do império irrestrito da Constituição Política, bastante generosa em declarações líricas acerca dos direitos naturais do homem etc.

O estalinismo renunciou a expressar seus objetivos (que não passam de um inofensivo democratismo) buscando a legali-

dade que possa traduzir em tranqüilidade para seus quadros pequeno-burgueses.

Tampouco se pode esquecer que o Partido persegue destruir o regime imperante e instaurar um novo. O que significa que suas atividades, pelo menos parte delas, são conspirativas e chocam com o ordenamento jurídico imperante. Daqui se depreende que o Partido não tem outro remédio que enfrentar, quase todos os dias, o aparato repressivo estatal.

Não estamos indicando que as garantias democráticas careçam de importância ou que não se deva, sob nenhuma circunstância, lutar por sua conquista. Pelo contrário, a defesa sistemática e incansável de garantias democráticas ocupa lugar preferencial em nossas atividades e nos permite penetrar nas massas, que consideram estas garantias como elemento indispensável para sua existência. O Partido não deve se limitar a essa luta, mas tem de tomar a direção e ensinar a exigir novas conquistas e a como utilizar da Constituição a serviço da causa revolucionária.

Do dito anteriormente, concluímos que o partido deve se organizar tanto para o trabalho legal como para o clandestino. Deve-se aproveitar o máximo toda possibilidade de legalismo, mas, paralelamente, deve se estruturar um aparato conspirati-

vo, que possa suportar os embates policiais e garantir – este é o ponto capital – a continuidade do trabalho partidário normal. Isto quer dizer que o Partido sempre deve estar preparado para se enfrentar com a repressão policial saindo ileso e a não permitir que o governo interrompa suas atividades. Seria absurdo que, acreditando que a imprensa e as rádios estarão a todo o momento a serviço de nossas atividades, nos descuidemos de preparar uma equipe capaz de romper qualquer boicote e de fazer boletins etc. Essas equipes devem se preparar e ampliar constantemente.

Alguns pensam que unicamente há lugar para o trabalho ilegal e que todo o resto é reacionário. Este ultimatismo argumenta que é fatal a acentuação das medidas fascistas (destruição das garantias democráticas). O evidente é que, apesar de tudo, devem ser esgotados os meios para aproveitar a fundo toda a possibilidade de trabalho legal (os bolcheviques utilizavam linguagem própria para vencer a censura). Essa posição ultimata é perniciosa e ignora que as massas, ao incorporarem-se a luta, impõem a vigência das garantias democráticas. Por tudo isto e pela tradição, o correto é, em todas as circunstâncias, realizar tanto o trabalho legal como o clandestino.

## Ao 8º CONCURTO

Este Congresso tem uma particularidade que o separa dos anteriores: ocorre sob o governo PT/Lula, que a CUT ajudou a eleger.

Nas várias eleições presidenciais, a corrente majoritária se contrapôs às resoluções de apoio à candidatura Lula, apresentadas pelas esquerdas, usando o falso argumento de que a CUT era suprapartidária. Mas, nesta última, tirou a máscara da neutralidade e apoiou abertamente a candidatura da coligação PT/PL, que teve como vice-presidente o mais poderoso capitalista da indústria têxtil. Apoiou a candidatura coligada de Lula sabendo da Carta aos Brasileiros, que serviu de documento público ao compromisso com os credores imperialistas, com o capital financeiro e com suas instituições internacionais (FMI, BIRD) de que haveria respeito aos contratos, acordos e que se manteria a estabilidade segundo os interesses do grande capital.

Sabemos perfeitamente por que esse apoio se deu: a CUT está sob a direção do PT. Nesse ponto estratégico, tanto a direção majoritária é responsável quanto o conjunto das correntes de esquerda petista.

Os compromissos de poder político da CUT com um governo manifestamente integrado à classe capitalista e orientado a proteger o grande capital da crise, às custas de descarregá-la sobre a maioria oprimida, pobre e faminta, constitui um golpe mortal à independência da CUT frente ao Estado burguês. Uma das maiores lutas do movimento operário é justamente a de impedir que seus sindicatos se transformem em correia de transmissão da política e dos interesses da classe capitalista.

A cooptação varguista, o peleguismo trabalhista, o colaboracionismo estalinista e o intervencionismo da ditadura militar estiveram a serviço da exploração e foram experiências que marcaram a vida dos sindicatos como quebra de sua independência e democracia operária. Agora, estamos diante de uma nova forma de controle estatal, mas cujo objetivo de classe e conteúdo é o mesmo: manter a exploração, evitar que a classe operária se defenda com greves, impedir o avanço da consciência de classe dos explorados e sobretudo sustentar o regime capitalista apodrecido. Essa nova forma é a estatização petista da CUT e sindicatos.

Não foi a eleição do PT/Lula que levou a esta situação. Houve todo um processo, que acompanhou o crescimento do PT como força eleitoral e como partido que foi se integrando na política do grande capital. A chegada ao poder na forma de coligação e com um conteúdo programático de defesa dos interesses do grande capital, tendo à frente o capital financeiro internacional, expôs o quanto a CUT se encontra amarrada à política estatal da burguesia, ao parlamento, aos partidos e às pressões oligárquicas.

A nova propaganda da burocracia sindical petista - expressa por Marinho, Feijó, Felício etc - de que os sindicatos e a CUT apóiam o governo mas são independentes é mais uma máscara. Temos resultados concretos.

A CUT apóia a reforma da previdência, colocando aqui e ali reparos. Preserva a essência privatizante da reforma e o objetivo de descarregar a crise financeira da União sobre os trabalhadores.

Não condenou a reforma neoliberal e não se contrapôs com medidas de defesa real das massas assalariadas. Medidas essas como direito a aposentadoria a todos, fim imediato do trabalho informal, nenhum trabalhador desempregado, carteira assinada sem exceção, nenhuma interrupção dos direitos previdenciários por motivo de desemprego, salário mínimo real calculado pelas assembleias, aposentadoria com salário integral para todos, fim dos privilégios dos parlamentares, da casta militar, de juízes e burocratas a serviço do capital.

O continuísmo do governo FHC não se limita a aplicar violentas medidas recessivas e completar as reformas exigidas pelos banqueiros. Os capitalistas avançam ainda mais a flexibilização do trabalho, impondo a terceirização, aumentando a precarização do trabalho, diferenciando e reduzindo salários. Os sindicatos da CUT, a exemplo dos metalúrgicos do ABC, não têm lutado contra esse ataque e ainda têm colaborado, assinando acordos de quebra de direitos trabalhistas.

O silêncio da CUT diante do salário mínimo de R\$ 240,00 é criminoso. Sequer protestos verbais, denúncias e pressões parlamentares, política essa típica da burocracia sindical, foi feita no 1 de Maio. Temos assim a direção colaborando abertamente com um governo que assumiu a tarefa de impor mais sacrifícios aos trabalhadores, em nome de que as coisas vão mudar no futuro.

E o que o 8º Concurto coloca como principal problema? A reforma sindical como uma etapa preparatória para a reforma trabalhista, que o governo PT/Lula aplicará na mesma linha e objetivo da reforma da Previdência. Ao invés da Central aprovar um plano de reivindicações contra a fome, o desemprego e contra a ofensiva capitalista de destruição de conquistas trabalhistas, segue os passos ditados pelo governo com seu plano de reformas. A reformulação na lei que rege os sindicatos, pretendida pelo governo e pela burocracia, objetiva reforçar a intervenção estatal e torná-los ainda mais burocráticos. O fundamental que se acabou com a violenta lei de greve, não é um problema para a burocracia sindical, que se vale dela para amordçar os sindicatos. O que estrangula os sindicatos não é imposto sindical ou a unicidade, mas sim a capacidade do Ministério do Trabalho de intervir nas greves em favor da classe capitalista e sobretudo a eliminação da democracia operária levada a cabo pelas direções burocrático-repressivas.

O que o 8º Congresso deve discutir e aprovar é a luta por tornar os sindicatos independentes do Estado, desburocratizá-los, erradicar a corrupção, o parasitismo das direções e conquistar a democracia operária.

O Congresso deve sim dizer não à reforma trabalhista do governo, porque esta é parte do Plano FHC/FMI e não se preparar para dela participar com adendos aqui e ali, como está sendo feito na reforma da Previdência. Uma central independente não se sujeita ao calendário de reformas do governo. Ao contrário, luta com as reivindicações próprias do movimento operário, para impô-las ao governo e à burguesia.

O Congresso tem de se posicionar em defesa do movimento sem-terra, que está sendo cercado pelos latifundiários e não tem possibilidade de solu-

ção da questão da terra sob o governo do PT/Lula. O que quer dizer que os enfrentamentos no campo devem crescer. Cabe ao congresso aprovar a linha da aliança operária e camponesa para enfrentar a política latifundiária do governo.

O Congresso deve se colocar contra a ofensiva econômica e militar do imperialismo sobre os países semicoloniais. A luta contra a Alca deve ser parte da luta antiimperialista, sob a direção e programa da classe operária.

O Partido Operário Revolucionário defende:

1. Nenhum apoio ao governo PT/Lula;
2. Total independência da CUT em relação ao Estado, aos partidos da burguesia e ao governo. Saída imediata da CUT do Conselho de Desenvolvimento Econômico, organismo do patronato. Não ao pacto social;
3. Fim da Reforma da Previdência de FHC e Lula;
4. Fim da Reforma Trabalhista. Fim da lei de greve. Direito irrestrito à greve. Anulação de todos os acordos de "flexibilização do trabalho";
5. Recuperação das estatais privatizadas, sob o controle coletivo operário;
6. Que o governo Lula cumpra imediatamente suas promessas de 10 milhões de emprego, três refeições ao dia a todos os brasileiros e reforma agrária;
7. Fim do latifúndio e entrega das terras aos camponeses, sob o controle dos comitês agrários. Organização da auto-defesa armada dos camponeses contra as milícias dos latifundiários e contra a violência estatal. Apuração e punição de todos os crimes dos latifundiários e dos governos contra os camponeses;
8. Defesa da vida das massas: salário mínimo real calculado pelas assembleias operárias e populares; emprego a todos aplicando a escala móvel das horas de trabalho; recuperação das perdas e escala móvel de reajuste salarial;
9. Defesa da juventude: nenhum jovem fora do trabalho, nenhum jovem fora da escola. Jornada de 4 horas na produção e o restante na escola. Salário de acordo com as necessidades. Fim do trabalho mutilador das capacidades físicas e mentais dos jovens;
10. Elevação cultural das massas: fim do analfabetismo, escola única, pública e gratuita em todos os níveis e vinculada à produção social;
11. Rompimento com o imperialismo. Denúncia dos acordos e contratos, não pagamento da dívida externa, não à Alca, fim de todo acordo militar com o imperialismo, expropriação sem indenização das multinacionais e controle operário da produção;
12. Estatização do capital financeiro, voltada à produção e apoio aos pequenos e médios produtores;
13. Combate ao imperialismo, defesa da autodeterminação dos povos, fim do colonialismo dos Estados Unidos sobre o Iraque e outros países semicoloniais. Fim do intervencionismo econômico e militar do imperialismo sobre os países semicoloniais.
14. Luta pelo fim do capitalismo: trabalhar pela revolução e ditadura proletária, lutar sob a estratégia do governo operário e camponês, organizar a frente única antiimperialista e a aliança operária e camponesa.

**Publicamos abaixo o resumo dos principais pontos contidos no folheto “A política sindical do POR”, que serviu de estudo para o Encontro Operário**

## **A origem dos sindicatos**

Os sindicatos nasceram num estágio de ascensão do capitalismo, ou seja, de grande desenvolvimento das forças produtivas industriais. Nasceram na Inglaterra, no início do século XIX. Surgiram como primeira organização coletiva do proletariado para defender a força de trabalho contra a exploração capitalista. No Brasil, somente no início do século XX, que apareceram os sindicatos. Isso está ligado à formação das indústrias e da classe operária.

Os sindicatos surgiram da luta de classes, das revoltas espontâneas da classe operária contra a exploração capitalista. Através dos sindicatos, a classe operária superou a ausência de organização coletiva e passou a expressar as reivindicações do proletariado de forma organizada.

Os sindicatos se edificaram como organização independente. Essa independência refletia a capacidade dos explorados de se organizarem como classe revolucionária. Não mais comparecia como classe dispersa e descontente com as consequências sociais do sistema de exploração da minoria (burguesia) sobre a maioria oprimida (assalariados).

### **Os Sindicatos e suas limitações**

As lutas sindicais limitam-se às reivindicações econômicas e conduzem a uma luta economicista. Aquela que não destrói o sistema de exploração capitalista. Apenas defende melhores condições de existência para os explorados. Ataca os efeitos da exploração do trabalho, mas não suas causas, que são a propriedade privada dos meios de produção.

### **A Estatização dos Sindicatos**

A estatização dos sindicatos foi uma grande derrota para as massas no processo de luta de classes. Abriu caminho para o Estado estabelecer um novo controle dos sindicatos, Agora, já não pela

via do intervencionismo direto, que se tornou insustentável, mas por meio da reestruturação da burocracia sindical.

### **A burocratização dos sindicatos**

A burocratização dos sindicatos é um fenômeno político da estatização. Se a burguesia não pode destruir os sindicatos, se já não pode mantê-los sob intervenção direta, como fazia nos regimes militares e fascistas, resta-lhes alimentar o controle burocrático e impor ao movimento sindical a disciplina do capital.

O Estado determina os limites de seu funcionamento. Para isso, os enquadra em leis e regulamentos. A lei de greve é uma arma jurídica contra a independência dos sindicatos. Ela regulamenta o intervencionismo policial do Estado.

### **As burocracias do Sindicato Metalúrgico do ABC e da Força Sindical adaptam os sindicatos a tais restrições**

Como a luta de classes gera situações em que as greves e manifestações ultrapassam os limites determinados pelo Estado, os governos ditos “democráticos” se vêem na contingência de reprimir militarmente as massas.

A burocracia reformista da CUT ou a direitista da Força Sindical comparece como intermediária entre o proletariado (assalariados) e a classe capitalista (patronal). No papel de negociadora de conflitos, trabalha para que a agudização da luta de classes não se radicalize. As negociatas com os patrões e governo objetivam retroceder o patamar de luta alcançado pelas massas.

A burocracia, assim, usa e abusa do controle que tem do aparato sindical para manobrar em favor da burguesia, enfraquecer a revolta dos trabalhadores e retroceder o combate.

### **A burocracia é ditatorial**

A burocracia não pode conviver com a livre manifestação das tendências instintivas dos oprimidos e com as naturais divergências políticas nascidas no interior do movimento. Sua política de colaboração de classe se choca com a situação de opressão e miséria que atinge a maioria explorada.

Não há outra possibilidade para a burocracia senão deformar, limitar e mesmo destruir a democracia sindical. Isso se verifica na eliminação da liberdade de expressão nas assembleias, na perseguição ao trabalho político da fração revolucionária, nas fraudes eleitorais, na utilização de métodos gangsteris etc.

Os trabalhadores vão pela experiência observando o fracasso da direção burocrática e a camada mais avançada passa a rejeitá-la.

### **A burocracia faz do sindicato um meio de vida (carreirismo)**

A burocracia é uma casta de sindicalistas que fazem do sindicato uma profissão, um meio de vida. Passa a ter interesses próprios, totalmente distintos dos interesses da classe operária. Sua política pró-capitalista e sua conduta de subserviência às pressões do Estado têm por fundo material o profissionalismo sindical e a corrupção. Tal direção se encastela nos sindicatos servindo de correia de transmissão da política dos opressores. Passa a negar a própria classe, encarnando os interesses materiais da burguesia e servindo-se de algumas migalhas.

Duas políticas se manifestam e se contrapõem no interior dos sindicatos. A dos partidos reformistas e a do partido revolucionário

### **O que são partidos reformistas?**

São aqueles que defendem reformas dentro do capitalismo, ou seja, não lutam pela sua destruição. Usam os sindi-

catos como auxiliares dos partidos adaptados ao capitalismo. Exemplo disso é o PT, que usa a CUT e o Sindicato dos Metalúrgicos como correia de transmissão para submeterem os sindicatos à política econômica do governo PT/Lula. Passam a defender os acordos de flexibilização do trabalho, quebra de direitos trabalhistas, demissão em massa e redução de salários.

A tática de conciliação de classe é a estratégia que os reformistas usam para quebrar a resistência coletiva dos explorados. Assim, os reformistas se mascaram de pressupostos como neutralidade e autonomia, para esconder sua prática e sua orientação pró-capitalista. Acabam por defender a ordem burguesa.

### **O que defende o Partido Revolucionário?**

Opostamente aos Partidos Reformistas, o Partido Revolucionário (marxista) tem como objetivo a destruição do capitalismo. Apóia-se nas reivindicações econômicas (salário, emprego) como base para as massas avançarem rumo ao objetivo da destruição do capitalismo. Eis por que para os revolucionários os sindicatos têm de cumprir um papel de

auxiliar do partido na revolução proletária.

O Partido Revolucionário (marxista) atua nos sindicatos com o objetivo de organizar o proletariado e demais oprimidos a se emanciparem da exploração. Trata-se de alcançar o objetivo histórico de transformar o modo de produção capitalista em socialista (sociedade sem classe). O fim da exploração do homem pelo homem e com ela de todas as males sociais, virá de um longo processo revolucionário mundial.

### **Independência dos sindicatos dos partidos reformistas**

Depois de explicado o papel do sindicato e a influência que os partidos reformistas exercem sobre eles, aos operários está colocada a tarefa de luta pela independência política, ideológica e organizativa do movimento operário em relação ao governo PT/Lula. O que significa combater a burocracia sindical que domina os sindicatos e a CUT.

Independência e democracia operária são duas bandeiras de linha de frente. A burocracia para implantar a política de colaboração de classe foi se tornando

cada vez mais totalitária.

A tática revolucionária começa por denunciar as medidas do governo de traição aos oprimidos. Exigir que o governo cumpra suas promessas de campanha que são: três pratos de comida, reforma agrária e dez milhões de emprego.

Através da luta de classes, o partido revolucionário ajudará os explorados a superar as ilusões democráticas no governo de traição do PT/Lula.

### **A construção do partido revolucionário**

É fundamental a construção do partido revolucionário. Sem o qual a experiência não se converterá em favorável à luta anticapitalista. Sem o partido revolucionário os explorados se frustrarão com o governo que eles julgavam ser seu governo e assim continuarão sob a influência da política dos partidos da burguesia.

A responsabilidade da militância revolucionária está em pôr em pé um partido de combate ao capitalismo e de defesa do programa da revolução e ditadura proletárias.

## **Revista Socialismo Científico: um instrumento de construção programática do POR**

A Revista Socialismo Científico nº 8, editada em maio de 2003, tem por objetivo expor os diferentes momentos em que o Partido Operário Revolucionário (POR) travou a luta contra o reformismo, fazendo a crítica programática e demonstrando o seu papel de sustentação do capitalismo putrefato. A derrota ideológica e histórica da burguesia passa, necessariamente, pelo combate às teses do reformismo pequeno-burguês, que, em última instância, é burguês. O partido da classe operária, que está sendo construído pelos poristas, só poderá levar o proletariado ao poder se for capaz de impor a derrota ideológica da burguesia, que significa quebrar o domínio da ideologia dominante da classe capitalista sobre as massas oprimidas. Trata-se

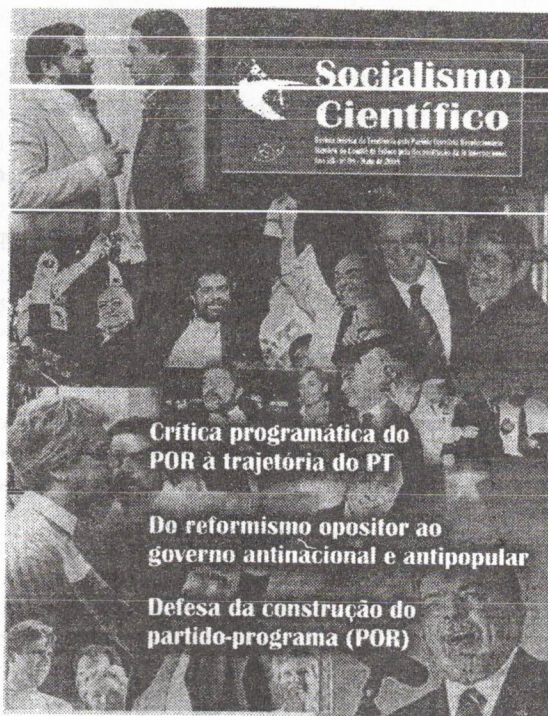
de trabalho sistemático de defesa do programa da revolução e ditadura do proletariado no seio dos explorados e a organização do seu destacamento mais avançado no partido. O desenvolvimento histórico da luta de classe entre o proletariado e a burguesia permitiu, nos inícios dos anos 80, o nascimento do PT, com posições democratizantes e nacional-reformistas. A demonstração da falsidade do reformismo petista, que prometia solucionar o atraso econômico do capitalismo brasileiro e erradicar a fome, era e é, portanto, uma exigência desse desenvolvimento histórico. De um lado, a classe capitalista semicolonial se mostrou incapaz de realizar reformas estruturais que implicavam o rompimento com o imperialismo e, de outro, o

proletariado que não pôde constituir seu partido revolucionário, bloqueado pela experiência com as teses antimarxistas do estalinismo e do nacionalismo burguês. Nessas condições, ressurgiram as posições do reformismo pequeno-burguês. E restabeleceu-se também a necessidade do partido revolucionário.

O golpe militar de 1964 evidenciou a inviabilidade do nacionalismo burguês e expôs definitivamente a integração do estalinismo no nacionalismo. O Partido Comunista chegou a 64 com uma trajetória de apoio a fração capitalista voltada aos interesses internos e de negação da organização independente do proletariado. O que significou rejeição do programa da revolução social. O estalinismo e o nacionalismo dividiram-se em várias

facções foquistas, protagonizando a luta armada urbana e rural desvinculada do desenvolvimento social e político do proletariado. A ala prestista do estalinismo, defensora da via pacífica de uma revolução democrático-burguesa, se mostrou impotente diante do foquismo e aprofundou-se no democratismo burguês. O foquismo foi derrotado militarmente e revelou-se programaticamente comprometido com as teses antiimperialistas do nacionalismo burguês. A tentativa de construir o partido revolucionário com base nas posições da IV Internacional de Trotsky há muito tinha sido dissolvida pela incapacidade dos primeiros trotskistas aplicarem o Programa de Transição às particularidades do país e organizarem o partido. No período da ditadura militar, os pequenos grupos revisionistas do trotskismo foram tomados pelas pressões do foquismo e influências do castro-guevarismo.

O movimento pela criação de um partido dos trabalhadores nascido das greves do ABC, do levante dos explorados contra a ditadura militar e da nova situação democratizante que colocava a reestruturação partidária da burguesia aglutinou sindicalistas auto-denominados "autênticos", intelectuais social-democratas, ex-militantes foquistas, ex-estalinistas, setores da Igreja ditos progressistas (teologia da libertação) e as mais variadas correntes do trotskismo, que começavam a se reorganizar. Essa composição por si só constituía um grande obstáculo para definir um programa marxista. A corrente mais poderosa se formou em torno dos sindicalistas, tendo à sua frente o caudilho Luís Inácio Lula da Silva, que protagonizava os grandes acontecimentos do movimento operário. A ele se uniu um conjunto de intelectuais social-democratas e de militantes provenientes do estalinismo, castrismo, catolicismo reformista e até mesmo sindicalistas e intelectuais que tiveram militância no trotskismo. Essa corrente majoritária se mostrou heterogênea e cheia de conflitos internos. No processo de definição das idéias políticas e de sua aplicação tática, houve uma homogeneização em torno da diretriz de um partido voltado à democratização do Estado



**Lançada pelo POR a revista Socialismo Científico n° 08, que traz a crítica programática à trajetória do PT reformista desde 1989 até a atualidade. Adquirá com o distribuidor deste jornal.**

burguês e de reformas do capitalismo. Triunfou a concepção do partido eleitoral e a tática de aliança com partidos e setores burgueses, considerados "progressistas". Essa corrente foi denominada Articulação. As divisões no campo dessa fração deram lugar a outras correntes mais à esquerda ou à direita (Articulação de Esquerda, Opção de Esquerda, Força Socialista etc). As correntes que se reivindicavam do trotskismo projetavam as cisões internacionais, marcadas pelo revisionismo pablista. As principais, na origem do PT, eram o morenismo (Convergência Socialista, fundada sob a condução de Nahuel Moreno) e o mandelismo (que passou a se denominar mais tarde de Democracia Socialista, sob a condução de Ernesto Mandel). Os lambertistas (hoje conhecidos como O Trabalho, sob a direção de Pierre Lambert) combateram a constituição inicial do PT, caracterizando-o como um pilar da ditadura militar. Mais tarde integraram ao PT de corpo e alma. O Causa Operária (hoje PCO) foi uma cisão do lambertismo, impulsionada pelo altamirismo (Jorge Altamira - PO argentino), que se pronunciou imediatamente

favorável ao movimento pelo PT. O POR surgiu de ex-militantes de Causa Operária, que se reaglutinaram sob a base da crítica de adaptação do altamirismo ao reformismo petista, que constituía uma revisão programática da origem de CO. As várias correntes revisionistas do trotskismo pouca influência puderam ter na formação das posições do PT. Acabaram se adaptando mais e mais ao reformismo eleitoreiro. Convergência Socialista e Causa Operária foram expulsas, apesar de toda tentativa de acatar as decisões da Articulação de disciplinar as correntes internas ao PT. O Trabalho e Democracia Socialista se adaptaram à repressão interna. O POR teve um de seus militantes expulso, por dirigir ocupações de terra urbana. Rompeu com o PT, maio de 1990, antes mesmo da expulsão das demais correntes, caracterizando-o de completamente adaptado ao Estado burguês. E considerou a necessidade de combatê-lo abertamente, em defesa do programa da revolução e ditadura proletárias.

As correntes de esquerda tiveram um breve momento de influência inicial na elaboração das primeiras idéias do PT, mas logo foram relegadas e triunfaram as posições conservadoras. Pontos como não pagamento da dívida externa, estatização do capital financeiro, reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, salário mínimo real, redução da jornada de trabalho sem redução salarial, governo dos trabalhadores e rumo ao socialismo foram temas de discussão e fizeram parte dos documentos do PT embrionário. Entretanto, não passaram de listas de reivindicações. Não expressaram um programa coerente, uma relação de interdependência da estratégia e da tática revolucionárias. No momento em que o PT se firmou como possibilidade no quadro de reorganização partidária da burguesia, a posição majoritária teve de combater tais pontos e implantar a política do reformismo, que se delineou sob a estratégia do governo democrático e popular. Os fundamentos do PT passaram a ser o da democracia burguesa. E a tática a de conciliação de classe. Quanto à natureza do partido, foi rejeitado o caráter proletário e assumido o partido policlassista, que como tal é uma

variante dos partidos da ordem capitalista. Na medida em que avançou a reação mundial do imperialismo, alimentada pela desintegração da União Soviética e impulsionada pela restauração capitalista, a corrente Articulação se impôs como opositora à estratégia da revolução proletária. O PT chegou ao seu 1º Congresso, novembro de 1990, depois de vários Encontros, com o objetivo primordial de condenar a revolução violenta e a ditadura do proletariado. Estavam preparadas as condições para a expulsão das correntes que não se adaptassem totalmente. Apesar da Convergência e CO não defenderem a estratégia da revolução proletária, procurarem amenizar seu esquerdismo e se alinharem por detrás da estratégia de um governo saído das eleições, foram expulsas. Causa Operária chegou a revisar suas posições em torno do governo operário e camponês, substituindo-o por um governo dos trabalhadores. Estratégia essa da Convergência Socialista, que por diluir a definição proletária do governo serve às campanhas eleitorais e expressa uma política esquerdista democratizante. O POR combateu o reformismo sob a defesa da estratégia da revolução e ditadura proletárias. Dessa forma, foi obrigado também a rechaçar a estratégia pequeno-burguesa do governo dos trabalhadores e a tática eleitoral de tais correntes, que mesmo expulsas continuaram a apoiar o PT.

Um problema fundamental aparece como fato do PT arregimentar a maior parte da burocracia sindical. A CUT nasceu concomitante a esse partido e sempre esteve sob a sua tutela. A outra ala do sindicalismo expressa posições mais à direita ainda, trata-se da Força Sindical. As duas frações da burocracia dividem o movimento operário e igualmente levam à estatização dos sindicatos. No caso da CUT, o PT materializa a política de conciliação de classe. Esteve sempre voltada para a constituição de um governo do PT em aliança com os setores da burguesia considerados progressistas. A Articulação procurou evitar uma definição eleitoral da CUT até a penúltima eleição, enquanto todas as correntes de esquerda, com destaque a CO/PCO e CS/PSTU, defendiam um apoio explícito da Central ao PT/Lula. Nas eleições de 2002, tomou claro parti-

do de defesa da candidatura de Lula. Isso por que evidenciou-se o apoio de setores burgueses e aliança eleitoral com representação do capital. A constituição do governo PT/Lula se deu sob a tutela de grupos capitalistas. A integração da burocracia sindical no Estado burguês por meio de representação parlamentar e postos no executivo foi se desenvolvendo e deu um salto à frente com o novo governo. A trava da política de conciliação de classe e burocratização autoritária dos sindicatos ganharam enorme proporção com o aumento da influência da política do reformismo petista sobre os trabalhadores. O PSTU levou a sua posição de apoio a um governo do PT até suas últimas conseqüências, convocando no 2º turno os trabalhadores a votarem no reformismo. PCO já não pôde justificar seu apoio eleitoral, antes fundamentado na falsa caracterização de que se tratava de dar expressão a uma candidatura operária, representada por Lula. O caudilho abraçou a causa capitalista com tal ímpeto, que não mais possibilitou as falsas explicações dessa corrente de esquerda. O POR desde a ruptura com o PT passou a condenar o apoio das esquerdas à constituição do governo PT/Lula, por estar evidente seu papel histórico de traição aos interesses mais elementares dos explorados. Não tendo como lançar candidaturas próprias para combater as ilusões democráticas dos oprimidos e usar a tribuna da democracia burguesa para defender junto às massas a destruição do Estado capitalista pela via da revolução violenta, do levante armado de operários e camponeses, o POR passou a defender o voto nulo programático. Hoje, constitui a corrente que se destacou por combater o reformismo e por não apoiá-lo em sua trajetória de chegada ao poder do Estado. As demais correntes de esquerda, com maior ou menor grau, carregam essa responsabilidade.

O fato do POR ter realizado sistemática crítica programática ao reformismo e elaborado seu programa foi um importante passo no trabalho de constituição do partido do proletariado. A confirmação de suas críticas à trajetória do PT e aos erros das esquerdas, que também propõem construir o partido, fortalece a convicção de que a crise de direção é o grande problema da atualidade e que

sua superação depende da construção do partido mundial da revolução socialista, cujo programa é o da IV Internacional, legado por León Trotsky. A formação e desenvolvimento do partido-programa como parte da reconstrução da IV Internacional é a tarefa de primeira grandeza. As tentativas do reformismo de substituir os partidos burgueses, cada vez em maior impasse diante do capitalismo decadente e mais desmoralizados perante as massas, tendem a fracassar rapidamente. A razão está em que o capitalismo não comporta reformas que favoreçam os pobres e miseráveis. Logo os reformistas se submetem ao capital monopolista e se convertem em canal da política internacional do imperialismo. É o que estamos vivenciando com o governo PT/Lula. A procura de uma alternativa centrista, que venha a substituir o PT por um novo partido eleitoral mais à esquerda e que objetiva reaglutinar diversas correntes sem que haja uma radical autocrítica de terem se submetido a uma política anti-marxista, não resultará na superação da crise de direção. Referimo-nos ao chamado do PSTU aos petistas descontentes e parte das correntes de esquerda que atuam no PT a virem compor um novo partido nas condições acima descritas. Sem dúvida, a integração do PT no Estado capitalista e sua política dirigida a proteger o grande capital provocarão crises internas e cisões. É importante atuar sobre esse fenômeno na defesa do partido revolucionário. Essa luta deve ser travada com o programa da revolução e ditadura do proletariado e toda veemência crítica ao percurso de construção do PT, ao qual a militância e correntes petistas se acham comprometidas. Deve-se colocar a construção do partido no Brasil como seção da IV Internacional a ser reconstruída e, portanto, como parte do Partido Mundial da Revolução Socialista regido pelo Programa de Transição. Sem essa definição internacionalista, qualquer reaglutinação de militância do reformismo com o centrismo não fará senão fortalecer a política pequeno-burguesa oportunista. A publicação dos documentos do POR na Revista Socialismo Científico tem por objetivo nossa campanha pela construção do partido-programa.